

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**

**Ata da Décima Reunião Ordinária
Ano 2013**

Data: 24 de outubro de 2013

Horário: 15h – Primeira Convocação

Local: Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas – SEAD.
Rua Alvorada, nº 411 – 2º Piso – Bosque.

Conselheiros presentes:

Joaquim Ferreira do Nascimento Júnior – Vice-Presidente;

Evandro Luzia Teixeira – Conselheiro titular;

Manoel Ferreira Neto – Conselheiro titular;

Lucíola Maria de Albuquerque Silva – Conselheira titular;

Rogério Gonçalves Bezerra – Conselheiro titular;

Sâmia Cristina Franco de Carvalho – Conselheira suplente;

Andreato de Oliveira Abomorad – Conselheiro suplente.

Conselheiros que justificaram ausência:

Pascal Abou Khalil – Presidente do CAPS, representante do Poder Executivo Municipal – ausência justificada por motivos pessoais;

Elza Neves Lopes – Conselheira suplente, representante do Poder Executivo Municipal – ausência justificada em virtude de participação em reunião na SEADPIR – Secretaria Municipal Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Suely Lemos Basto de Oliveira Rosas – Conselheira titular e secretária do CAPS, representante do Poder Executivo Municipal indicada pelo sindicato – ausência justificada em virtude de compromisso médico marcado para o mesmo horário;

Maria Haydée Meireles Rodrigues – Conselheira suplente, representante do Poder Legislativo Municipal – ausência justificada em virtude de licença médica para acompanhar a filha cirurgiada.

Convidados presentes:

Márcio Oliveira do Carmo – Diretor Presidente do RBPREV;

Irle Maria Gadelha Mendonça – Diretora de Administração e Finanças do RBPREV;
 Raquel de Araújo Nogueira – Diretora de Previdência do RBPREV;
 Amides Tavares de Souza – Divisão de Contabilidade, Orçamento e Finanças do RBPREV;
 Giselle Asfury de Almeida – Divisão da Folha de pagamento do RBPREV.

Ordem do Dia:

1. Leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião ordinária do CAPS, ocorrida no dia 26/09/2013;
2. Apresentação das informações previdenciárias, financeiras e meta atuarial dos dois fundos de previdência e da taxa de administração, evidenciando os Demonstrativos Financeiros e contábeis do mês de setembro de 2013;
3. Esclarecimento dos questionamentos levantados pelo Conselho Rogério Gonçalves Bezerra:
 - 1º) Quais as ações dos gestores do RBPREV para tentar reverter os resultados negativos das aplicações no Banco do Brasil?
 - 2º) Existe algum plano B sendo trabalhado? Alguma alteração legal está em curso para utilização do dinheiro do FUNDO?
 - 3º) Por que os recursos na Caixa Econômica Federal estão com resultados positivos?
 - 4º) E a meta atuarial, está sendo revista?
 - 5º) Qual a taxa de administração paga ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?
 - 6º) É necessário o desconto de 2% das receitas do Fundo para manter o RBPREV? (Tema muito questionado pelos segurados, mesmo havendo previsão legal, pois além das taxas de retorno negativas, temos o desconto das taxas de administração dos bancos, e agora, do próprio Instituto);
 - 7º) Mais de 80% dos recursos gastos na manutenção do RBPREV foram utilizados para pagar salários. Qual o critério utilizado para se pagar R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para os diretores, sendo que até ano passado se pagava R\$ 7.000,00 (sete mil)? (Sabemos que 88% dos servidores da prefeitura ganham até R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais)).

Encaminhamentos:

Declarada aberta a décima reunião ordinária do CAPS do ano de 2013, o Presidente em exercício, Joaquim Ferreira do Nascimento Júnior, deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta do dia, que passou a ser apresentada na seguinte ordem:

Item 01 da Ordem do Dia – Leitura e aprovação da Ata da 9^a reunião ordinária do CAPS do ano de 2013.

Ato seguinte, o Vice-Presidente Joaquim Ferreira leu a ata da 9^a reunião ordinária, ocorrida no dia 26/09/2013.

Deliberação: Submetida à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Item 02 da Ordem do Dia – Apresentação das informações previdenciárias, financeiras e meta atuarial dos dois fundos de previdência e da taxa de administração, evidenciando os Demonstrativos Financeiros e contábeis do mês de setembro/2013.

O Presidente em exercício, passou a palavra à Diretora de Administração e Finanças do RBPREV, Irle Maria Gadelha Mendonça que agradeceu a presença de todos, e em seguida repassou a palavra ao Diretor Presidente do RBPREV, Márcio Oliveira do Carmo, para apresentar as últimas notícias do Instituto, sobretudo, no que diz respeito ao Censo Previdenciário. Ato seguinte, Márcio Oliveira informou que o Censo, até a presente data, já alcançou a marca de quase 70% de recadastramento, marca esta, que pode ser considerada como de sucesso para a meta a qual se propõe. Márcio Oliveira explicou ainda, o processo de treinamento dos servidores, que foram indicados por seus gestores, para atender o funcionalismo municipal no recadastramento. Em seguida, apresentou o Relatório de Acompanhamento do Censo, cujo demonstrativo ressalta o atual estado de comparecimento dos servidores ao Censo, relacionando-os as suas respectivas secretarias. Evandro Luzia perguntou como está a situação dos servidores afastados, cedidos e/ou licenciados, e Márcio Oliveira explicou que o RBPREV está levantando essa informação, buscando pelos servidores que possuem portaria de cessão, e também, aqueles que estão cedidos mas não há documento formal de sua situação. Para finalizar, Márcio Oliveira informou que irá participar, nos dias 11, 12 e 13 de novembro/2013, em Brasília, do 1º Congresso Brasileiro de RPPS, com o tema: “O controle social exercido pelos conselhos de RPPS’s”, e que, os conselhos: CAPS e CONFIS poderão enviar um representante cada, para participar do evento.

Ato contínuo, Márcio Oliveira passou a palavra à Irle Gadelha para apresentar as informações previdenciárias, financeiras e meta atuarial dos

dois fundos de previdência, bem como da taxa de administração, evidenciando os Demonstrativos Financeiros e contábeis do mês de setembro de 2013.

Irle Gadelha começou demonstrando as movimentações financeiras das duas contas bancárias, sendo uma no Banco do Brasil (BB) e outra na Caixa Econômica Federal (CEF), cujos investimentos, em ambas as contas, tiveram rendimentos positivos no mês de setembro/2013. Ressaltou ainda que desde a criação dos Fundos de Previdência, o RBPREV vinha superando a meta atuarial com aplicações, principalmente, em fundos IMA, e que, apenas neste ano de 2013, com as oscilações do mercado financeiro, decorrentes da crise mundial, foi que a meta atuarial não foi atingida na maioria dos meses do ano, contudo, mesmo diante da instabilidade econômica, houve ganhos reais ao longo dos anos (de 2010 a 2012).

Em seguida, apresentou as receitas e despesas do Fundo Previdenciário, sendo as receitas constituídas pelas contribuições previdenciárias e pelo Aporte Financeiro, e as despesas constituídas pelas Folhas de Pagamento (aposentados e pensionistas) e Taxa de Administração. Irle Gadelha, apresentou os gráficos das aplicações de renda fixa e variável, bem como gráficos comparativos do resultado dos investimentos com a meta atuarial (INPC + 6%), referentes ao mês de setembro/13, e também, gráficos das aplicações, que estão alocadas em 08 (oito) fundos do BB e 2 (dois) da CEF. Informou ainda que no mês de setembro/2013, ao contrário dos meses anteriores, a meta atuarial foi atingida.

Ato contínuo, Irle Gadelha apresentou os contratos de aquisição de produtos e serviços realizados pelo RBPREV, neste momento, Márcio Oliveira fez um adendo e questionou o fato de supostas críticas sobre os gastos do Instituto, haja vista que o RBPREV está gastando o mínimo possível da taxa de administração, e que a SEAD é quem está fornecendo produtos e serviços de natureza diversa, como: material de expediente, aluguel, água potável e mineral, energia elétrica e etc.

Para finalizar, Irle Gadelha, demonstrou as movimentações da Folha de Pagamento dos dois Fundos: o Previdenciário (FPREV) e o Financeiro (FFIN), ressaltando as oscilações de entrada de novos segurados e/ou saída, por meio de perda da qualidade segurada, de acordo com as leis vigentes. Bem como, demonstrou os gastos com a folha de pagamento dos servidores do RBPREV, cujos pagamentos são realizados com recursos da Taxa de Administração, e finalmente, demonstrou a folha de pagamento do legislativo (Câmara Municipal). Irle Gadelha informou ainda, que o saldo da taxa de administração vem sendo investido em fundo de ações conservadoras, e que todo o recurso dessa taxa que não for utilizado, será devolvido para o fundo previdenciário ou revestido em reserva técnica.

Item 03 da Ordem do Dia – Esclarecimento dos questionamentos levantados pelo Conselheiro Rogério Gonçalves Bezerra:

O Presidente em exercício, passou a palavra a Diretora do RBPREV, Irle Gadelha, que passou a apresentar as respostas às perguntas do conselheiro Rogério, na mesma ordem em que foram formuladas:

1º) Quais as ações dos gestores do RBPREV para tentar reverter os resultados negativos das aplicações no Banco do Brasil?

Irle Gadelha explicou que o resultado negativo dos rendimentos das aplicações em 2013 vêm ocorrendo em todos os fundos de previdência do país, e que, de acordo com Jorge Simino, Diretor de Investimentos da Fundação Cesp, as duas principais classes de ativos (rendas fixa e variável) estão em queda simultaneamente, o que não é comum de acontecer, contudo, o mercado não vem apresentando alternativas para o investidor, pelo menos não por enquanto. Irle Gadelha, explicou ainda que neste ano (2013) a queda na rentabilidade em fundos de investimentos atrelados à inflação (IMA-B) ou pré-fixados (IRF-M) teve como principal determinante a alteração da taxa de juros básica da economia (Selic), que, até janeiro deste ano, mostrava-se com tendência de queda, e que, motivado pela pressão inflacionária tem apresentado elevação.

Ainda sobre essa questão, Irle Gadelha citou uma notícia da Agência Brasil, a qual relata que nos últimos dias, outros eventos contribuíram fortemente para a performance negativa dos IMAs, das quais podemos ressaltar: primeiro, os pronunciamentos do Governo norte-americano sinalizando o fim do programa de compra de títulos; segundo, a alta da taxa de juros dos títulos do Tesouro Americano; terceiro, a alteração do viés na nota de *rating* do Brasil pela Agência S&P, atribuindo maior risco aos títulos brasileiros e, finalmente, a alteração da alíquota de IOF incidente sobre as aplicações de investidores estrangeiros.

Irle Gadelha prosseguiu relatando que apesar da volatilidade do IMA-B no ano de 2013, a performance histórica desse índice ainda é superior à meta atuarial, vejamos:

- Retorno acumulado do IMA-B de 01/01/2010 a 12/06/2013 = 55,14%;
- Meta atuarial (IPCA+6%) = 50,20%

Para finalizar, Irle Gadelha ressaltou que o RBPREV está buscando alternativas para melhorar os ganhos controlando os riscos, para tanto, nomeou, em maio de 2013, um comitê de investimentos, cuja função é assessorar a Diretoria Executiva do RBPREV sobre os investimentos financeiros, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Lembrando que: “caso o investidor

mantenha os títulos públicos até as respectivas datas de vencimento obterá a rentabilidade bruta pactuada no momento da compra".

2º) Existe algum plano B sendo trabalhado? Alguma alteração legal está em curso para utilização do dinheiro do FUNDO?

Com relação a este segundo questionamento, Irle Gadelha explicou que o RBPREV, junto com o Comitê de Investimentos, está a observar os preceitos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) Nº 3.922 e da Política de Investimento aprovada por este conselho (CAPS), ressaltou ainda que o RBPREV, por meio de sua diretoria executiva, tem a informação de que o CMN está estudando a possibilidade de alterações nas condições da resolução em pauta, apresentando alternativas de investimentos aos RPPS's, com vistas ao batimento da meta atuarial. Irle Gadelha ressaltou que esse resultado negativo dos investimentos é comum à todos os Institutos de Previdência, bem como para a maioria dos investidores.

3º) Por que os recursos na Caixa Econômica Federal (CEF) estão com resultados positivos?

Irle Gadelha explicou que os investimentos na CEF estão alocados em fundos com títulos públicos pré-fixados de curtíssimo prazo e fundos CDI (Certificado de Depósitos Interbancários). Esses fundos raramente apresentarão resultados negativos, contudo, jamais baterão a meta atuarial. Os fundos do BB, com a mesma composição, tem obtido resultados muito semelhantes. Explicou ainda, que a decisão de investir nesse tipo de fundo foi tomada pelo Comitê de Investimentos a partir de análises feitas com base em matérias publicadas na mídia (jornais, internet e TV), bem como nas conferências realizadas pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Irle Gadelha chamou atenção para outra situação, a qual diz respeito a comparação da carteira de investimentos do Banco do Brasil que é mais diversificada, distribuída em 8 (oito) fundos diferentes, tendo em sua composição, fundos com prazos de vencimentos mais longos, ocasionando maior volatilidade. Já na Caixa Econômica Federal, os investimentos estão concentrados em 02 (dois) fundos de renda fixa de curto prazo, como dito anteriormente.

4º) E a meta atuarial, está sendo revista?

Irle Gadelha ressaltou que, não obstante, o RBPREV esteja abaixo da meta atuarial em 2013, porém os resultados dos anos anteriores foram positivos. Lembrou ainda, que somente no ano de 2012 o RBPREV superou a meta atuarial em 3,28% e, caso o mercado financeiro se mantenha instável, como vem se apresentando em 2013, o município de Rio Branco avaliará a

possibilidade de revisão, haja vista que este ano tem sido um ano atípico. De qualquer forma, segundo a diretora, o cálculo atuarial considera que no final do exercício os investimentos renderão a meta atuarial, ou seja INPC + 6%. Caso essa meta não seja alcançada, o Patrimônio do Fundo de Previdência considerado para se fazer o cálculo atuarial do ano subsequente seria menor que o previsto, o que provavelmente aumentaria o déficit atuarial. Dessa forma o resultado dos investimentos é considerado para o referido cálculo.

5º) Qual a taxa de administração paga ao BB e a CEF?

Irle Gadelha explicou que a taxa varia, dependendo do fundo de investimento, de 0,2 a 2%, e que, os fundos de renda fixa, compostos por Títulos Públicos Federais, têm uma taxa de administração de 0,20% (dois décimos por cento), já a taxa de administração dos fundos de renda variável, com uma gestão mais complexa, costumam variar de 1% a 2%.

A diretora prosseguiu relatando, no caso concreto, as taxas de administração de cada fundo em que o RBPREV investe:

Banco do Brasil:

Fundo	Taxa de Administração	Renda Fixa/ Variável
IRFM	0,20%	Renda Fixa
IMA B5+	0,20%	Renda Fixa
IMA – B	0,20%	Renda Fixa
IMA GERAL EX C	0,20%	Renda Fixa
IDKA 2	0,20%	Renda Fixa
IRFM-1	0,20%	Renda Fixa
PERFIL -DI	0,20%	Renda Fixa
IPCA	0,20%	Renda Fixa
ICON	2,0%	Renda Variável
IGC	1,0%	Renda Variável

Caixa Econômica Federal

Fundo	Taxa de Administração	Renda Fixa/ Variável
IRFM-1	0,20%	Renda Fixa
FI BRASIL DI	0,20%	Renda Fixa

6º) É necessário o desconto de 2% das receitas do Fundo para manter o RBPREV? (Tema muito questionado pelos segurados, mesmo havendo previsão legal, pois além das taxas de retorno negativas, temos o desconto das taxas de administração dos bancos, e agora, do próprio Instituto).

Irle Gadelha começou explicando que as despesas administrativas são aquelas necessárias ao funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, seja com telefone, água, energia, aluguel, materiais de expediente, vencimentos de servidores da unidade gestora e os respectivos encargos tributários, trabalhistas e etc., e ainda com a contratação de serviços como o de contabilidade e de assessorias, sendo que toda a legislação que rege o Regime Próprio de Previdência Social veda o desvio de finalidade dos recursos previdenciários.

Citou ainda, a Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 6º, inciso VIII, combinado com o artigo 9º, inciso II, que determinou que os entes federativos devem estabelecer limites para gastos com a despesa administrativa em conformidade com os parâmetros gerais determinados pelo Ministério da Previdência Social - MPS. Além do mais, esse Ministério tem estabelecido o limite para a taxa de administração em até 2% do valor da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos segurados vinculados ao RPPS, referente ao exercício financeiro anterior.

Para finalizar, Irle Gadelha expôs pontos importantes para demonstrar que os gastos do RBPREV tem sido o mínimo necessário, sobretudo, porque o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas (SEAD), como já foi citado anteriormente, é quem vem arcando com as despesas de aluguel, luz, água, telefones, segurança, limpeza e conservação, material de expediente, além da remuneração de três servidores de cargo efetivo, sendo que o executivo municipal não tem a obrigação de sustentar os gastos do instituto, haja vista que a taxa de administração é também, para cobrir gastos administrativos. Ressaltou ainda, que o RBPREV em breve deverá assumir a responsabilidade pelo pagamento dos serviços citados, e também, em face da necessidade de estruturação para atender a demanda esperada para 2015, com a aposentadoria de aproximadamente 700 (setecentos) servidores, há a pretensão de realização de concurso público para cargos de nível médio e superior. Portanto, há o entendimento de ser justo a Taxa de Administração ser de 2% (dois por cento) do valor da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos segurados vinculados ao RPPS, referente ao exercício financeiro anterior, ressaltando-se que o recurso dessa taxa que não for utilizado será devolvido ao fundo, de acordo com o art. 6º da Lei Municipal 1.963 de 2013, *in verbis*, “ao término do exercício, o excedente acumulado de recursos arrecadados ao longo do ano, a título de taxa de administração, será reincorporado ao Fundo Previdenciário (FPREV)”, e no **parágrafo único** do mesmo artigo: “o excedente da taxa de administração poderá, mediante resolução do Conselho de Administração, constituir reserva técnica com finalidade específica de desenvolver o RBPREV”.

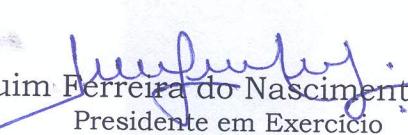
7º) Mais de 80% dos recursos gastos na manutenção do RBPREV foram utilizados para pagar salários. Qual o critério utilizado para se pagar R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para os diretores, sendo que até ano passado se

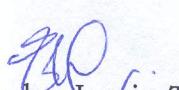
pagava R\$ 7.000,00 (sete mil)? [(Sabemos que 88% dos servidores da prefeitura ganham até R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais)].

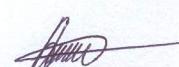
Irle Gadelha informou que os salários foram definidos utilizando a mesma estrutura salarial das outras autarquias do Município de Rio Branco.

Após as explanações da Diretora Irle Gadelha, Rogério Gonçalves agradeceu as explicações apresentadas.

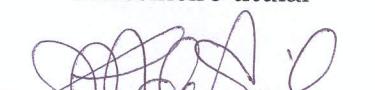
Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a décima reunião ordinária, da qual eu, Giselle Asfury, Giselle Asfury de Almeida, designada para secretariar esta reunião, lavrei a presente ata que será assinada pelos Conselheiros presentes.

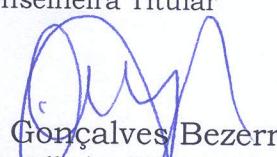

Joaquim Ferreira do Nascimento Júnior
Presidente em Exercício


Evandro Luzia Teixeira
Conselheiro Titular


Andreato Oliveira Abomorad
Conselheiro Suplente


Manoel Ferreira Neto
Conselheiro titular


Lucíola Maria de Albuquerque Silva
Conselheira Titular


Rogério Gonçalves Bezerra
Conselheiro Titular


Sânia Cristina Franco de Carvalho
Conselheira Suplente